

I. Tabela de Notas

ESCRITURA DECLARATÓRIA DE DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE (ANA CAROLINA CARVALHO SILVEIRA)	41
1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	42
2. FUNDAMENTO LEGAL	44
3. NATUREZA JURÍDICA	46
4. ESCRITURA PÚBLICA DECLARATÓRIA DE DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE	48
4.1. ELEMENTOS	49
5. CONCLUSÃO	50
6. REFERÊNCIAS	51
O DOCUMENTO NOTARIAL DIGITAL (ANGELO VOLPI NETO)	55
1. INTRODUÇÃO	56
2. DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO NOTARIAL	57
3. O DOCUMENTO DIGITAL	57
4. AUTORIA EM DOCUMENTOS DIGITAIS	62
5. ARQUIVOS DIGITAIS NOTARIAIS	64
6. CONCLUSÕES	66
7. BIBLIOGRAFIA	66
ATA NOTARIAL E FASHION LAW (ARTHUR DEL GUÉRCIO NETO - FREDERICA RICHTER)	69
1. BREVE HISTÓRICO DA PROPRIEDADE INTELECTUAL	70
2. A PROPRIEDADE INTELECTUAL E AS NOVAS TECNOLOGIAS	71
3. O DIREITO E ALGUNS SEGREDOS	75
4. ATA NOTARIAL – POTENTE MEIO DE PROVA	76
5. ATA NOTARIAL E FASHION LAW – POSSIBILIDADES E CONCLUSÕES	80
6. BIBLIOGRAFIA	81

A DESJUDICIALIZAÇÃO DA USUCAPIÃO (DOUGLAS DE CAMPOS GAVAZZI)	85
1. INTRODUÇÃO	86
2. A USUCAPIÃO DESJUDICIALIZADA NO DIREITO COMPARADO	87
3. METODOLOGIA DO PROCEDIMENTO EXTRAJUDICIAL	88
3.1. REPRESENTAÇÃO GRÁFICA CONFORME PROVIMENTO DO CNJ	89
3.2. A ATA NOTARIAL	90
3.3. DA PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO	91
3.4. REQUERIMENTO DO ADVOGADO	92
3.5. AS CERTIDÕES NEGATIVAS	93
4. ORIENTAÇÃO PROCEDIMENTAL NO REGISTRO IMOBILIÁRIO	94
5. PRÁTICA NA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL	95
5.1. JUSTO TÍTULO E A CONTINUIDADE DA POSSE	95
5.2. MATRÍCULA BLOQUEADA E A USUCAPIÃO	96
5.3. USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL DE BEM NÃO MATRICULADO	97
5.4. UNIDADE AUTÔNOMA DE FATO, SEM INSTITUIÇÃO	97
5.5. A CONSTRUÇÃO E A PRESCRIÇÃO AQUISITIVA	98
5.6. IMÓVEL HERDADO – POSSE EXCLUSIVA DE CO-HERDEIRO	98
6. CONCLUSÕES	99
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
PRÁTICA NOTARIAL DIANTE DAS ALTERAÇÕES NO CÓDIGO CIVIL PELO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (GUSTAVO SIMÕES PIOTO)	103
1. INTRODUÇÃO	104
2. DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE	104
3. DA VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	107
4. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS E SEUS REFLEXOS IMEDIATOS	107
4.1. QUESTÕES PROBLEMÁTICAS PRÁTICAS	108
5. MEDIDAS DE SUPRIMENTO DA INCAPACIDADE E DEFICIÊNCIA:	111
5.1. DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA	111
5.2. DA TUTELA	112
5.3. DA CURATELA	112

5.4. INTERDIÇÃO	113
6. DA SEGURANÇA JURÍDICA DO ATO NOTARIAL	115
7. DO TIPO PENAL - DISCRIMINAÇÃO NOS ATOS NOTARIAIS	115
8. CONCLUSÃO	117
9. REFERÊNCIAS	118
ASSINATURA DIGITAL DE ATOS NOTARIAIS (LUCAS BARELLI DEL GUÉRCIO)	121
1. INTRODUÇÃO	122
2. PRINCÍPIOS APLICADOS AO TEMA	125
2.1. PRINCÍPIO DA JURIDICIDADE	126
2.2. PRINCÍPIO DA CAUTELARIDADE	126
2.3. PRINCÍPIO DA FORMA	126
2.4. PRINCÍPIO DA MATRICIDADE	127
2.5. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	127
2.6. PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO E DA UNICIDADE FORMAL DO ATO NOTARIAL	127
2.7. PRINCÍPIO DA ECONOMIA	128
2.8. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA	128
3. FORMA PREVISTA ATUALMENTE PARA ASSINATURA DE UM ATO NOTARIAL	128
4. A ASSINATURA DIGITAL DE DOCUMENTOS NOTARIAIS	130
4.1. IDENTIFICAÇÃO DIGITAL DAS PARTES	131
4.2. ANÁLISE DE CAPACIDADE DAS PARTES, FEITA À DISTÂNCIA	132
4.3. LAVRATURA DO ATO NOTARIAL COM COLHEITA DA ASSINATURA DIGITAL NO LIVRO DE NOTAS	133
5. CONCLUSÃO	134
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

II. Tabela de Protestos

DO NÃO ENCAMINHAMENTO DA DÍVIDA ATIVA A PROTESTO PREVIAMENTE À EXECUÇÃO FISCAL COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ATO CONTRÁRIO À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (CARLOS ROGÉRIO DE OLIVEIRA LONDE) __ 139

1. INTRODUÇÃO	140
2. COMPARAÇÃO DE EFICÁCIA ENTRE PROTESTO E EXECUÇÃO FISCAL	141
2.1. CONSEQUÊNCIAS DA INEFICÁCIA E CUSTO DA EXECUÇÃO FISCAL	143
2.2. OUTROS MEIOS DE COBRANÇA (BREVÍSSIMOS COMENTÁRIOS)	143
3. ANÁLISE COM BASE NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA	144
3.1. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE CAUSAM PREJUÍZO AO ERÁRIO	145
3.2. ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA QUE ATENTAM CONTRA OS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	146
3.2.1. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	147
3.2.2. PRINCÍPIO DA MORALIDADE	148
4. COM BASE NA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	150
5. CONCLUSÃO	152
6. REFERÊNCIAS	153

O PROTESTO NOTARIAL E O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA (GLADYS CALTRAM) __ 157

1. INTRODUÇÃO	158
2. PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA	159
3. EVOLUÇÃO DO PROTESTO NOTARIAL	161
3.1. SERVIÇOS ELETRÔNICOS	162
3.2. GRATUIDADE PARA O CREDOR	163
3.3. DIVERSIFICAÇÃO DOS MODOS DE APRESENTAÇÃO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE DÍVIDA	163
3.3.1. MEIO FÍSICO	163
3.3.2. MEIO ELETRÔNICO	164
3.3.3. MEIO POSTAL	164
3.4. FORMAS DE INTIMAÇÃO	164

3.5. MEIOS ALTERNATIVOS DE PAGAMENTO PELO DEVEDOR: _____	165
3.6. PUBLICAÇÃO DE EDITAL EM MEIO ELETRÔNICO _____	165
3.7. PROTESTO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS ASSINADOS SOB A FORMA ELETRÔNICA _____	165
3.8. INCENTIVO À QUITAÇÃO E NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS PROTESTADAS _____	165
4. CONCLUSÃO _____	166
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	167

ASPECTOS DA QUALIFICAÇÃO NO PROCEDIMENTO PARA PROTESTO (SÉRGIO LUIZ JOSÉ BUENO) _____ 169

1. INTRODUÇÃO _____	170
2. CONCEITO _____	171
3. FUNDAMENTOS DA ATIVIDADE QUALIFICATÓRIA _____	172
3.1. O PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE E A FÉ PÚBLICA NOTARIAL _____	172
3.2. A SEGURANÇA JURÍDICA COMO NORTE DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL _____	173
4. LIMITES DA QUALIFICAÇÃO _____	174
4.1. O TABELIÃO COMO PROFISSIONAL DO DIREITO _____	174
4.2. DA AMPLITUDE DA QUALIFICAÇÃO _____	175
5. FONTES A CONSIDERAR NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE DE QUALIFICAÇÃO _____	176
5.1. FONTES IMEDIATAS – A ESSENCIALIDADE DAS NORMAS REGULAMENTARES _____	176
5.2. FONTES MEDIATAS - A EVOCAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS COMO FUNDAMENTO DA QUALIFICAÇÃO _____	177
6. MOMENTO DA QUALIFICAÇÃO _____	179
6.1. BREVE ROTEIRO DO PROCEDIMENTO PARA PROTESTO _____	179
6.2. SITUANDO A QUALIFICAÇÃO _____	180
7. A QUALIFICAÇÃO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO TABELIÃO _____	181
8. CONCLUSÃO _____	183
9. REFERÊNCIAS _____	184

III. Registro Civil das Pessoas Naturais

A RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA APÓS AS MUDANÇAS DA LEI N. 13.484/17 (ANDREA SANTOS GIGLIOTTI) _____ 189

1. INTRODUÇÃO. RCPN COMO OFÍCIO DA CIDADANIA _____	190
2. RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA _____	192
2.1. EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO _____	192
2.2. HIPÓTESES DE RETIFICAÇÃO APÓS A ALTERAÇÃO DO ARTIGO 110 DA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS. _____	193
2.3. REQUERIMENTO _____	195
2.4. A QUALIFICAÇÃO REGISTRAL _____	195
3. CASOS COMUNS DE PEDIDO DE RETIFICAÇÃO RELACIONADOS AO NOME _____	196
3.1. FINS DE OBTENÇÃO DE DUPLA CIDADANIA _____	196
3.2. ALTERAÇÃO NO PRIMEIRO ANO APÓS ATINGIDA A MAIORIDADE _____	197
3.3. ALTERAÇÃO DE PRENOME E SEXO NO CASO DOS TRANSGÊNEROS (PROVIMENTO Nº 73 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA) _____	199
4. CONCLUSÃO _____	202
5. REFERÊNCIAS _____	202

MONOPARENTALIDADE: OS REFLEXOS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA NO REGISTRO DE NASCIMENTO (MARIANA SARTURI) _____ 205

1. INTRODUÇÃO _____	206
2. A REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA E SUAS PRINCIPAIS TÉCNICAS _____	207
2.1. NO QUE CONSISTE A REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA _____	207
2.2. CLASSIFICAÇÃO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO ASSISTIDA _____	208
2.2.1. INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL _____	208
2.2.2. FERTILIZAÇÃO <i>IN VITRO</i> _____	209
2.2.3. TRANSFERÊNCIA INTRATUBÁRIA DE GAMETAS _____	209
3. O REGISTRO DE NASCIMENTO E SEUS REQUISITOS ESSENCIAIS _____	210
3.1. CONCEITO _____	210
3.2. REQUISITOS GERAIS DO REGISTRO DE NASCIMENTO _____	210

4. ASPECTOS DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HETERÓLOGA QUE REFLETEM NO REGISTRO DE NASCIMENTO _____	212
4.1. ASPECTOS NORMATIVOS _____	212
4.2. ASPECTOS DOUTRINÁRIOS _____	213
5. CONCLUSÃO _____	214
6. BIBLIOGRAFIA _____	215

REFLEXÕES JURÍDICAS ACERCA DO NOVO TRATAMENTO REGISTRAL DA PESSOA TRANSGÊNERO (RAFAEL SPINOLA CASTRO) _____ 219

1. INTRODUÇÃO _____	220
2. HISTÓRICO DO HOMOSSEXUALISMO, TRAVESTISMO E TRANSSEXUALISMO NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE _____	223
3. SEXO, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL _____	224
3.1. SEXO _____	224
3.1.1. PESSOA INTERSEXUAL _____	225
3.2. GÊNERO _____	227
3.2.1. IDENTIDADE DE GÊNERO _____	228
3.2.2. EXPRESSÃO DE GÊNERO _____	229
3.3. ORIENTAÇÃO SEXUAL _____	229
4. REFLEXOS DO JULGAMENTO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4.275 NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS _____	230
4.1. REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS COMO PROVA DO ESTADO JURÍDICO DAS PESSOAS _____	230
4.2. TRANSGÊNERO E CISGÊNERO _____	231
4.2.1. TRANSSEXUAL _____	231
4.2.2. TRAVESTI _____	231
4.3. ATIVIDADE DO PODER LEGISLATIVO ANTE À SITUAÇÃO JURÍDICA DA PESSOA TRANSGÊNERO _____	232
4.4. PROVIMENTO CNJ Nº 73/2.2018 – BREVE ANÁLISE DOS ASPECTOS REGISTRALIS PRÁTICOS _____	233
5. CONCLUSÃO _____	234
6. BIBLIOGRAFIA _____	236

IV. Registro Civil das Pessoas Jurídicas

DO NOME EMPRESARIAL (GRACIANO PINHEIRO DE SIQUEIRA) _____	241
1. CONCEITO, ESPÉCIES E LEGISLAÇÃO PERTINENTE AO NOME EMPRESARIAL _____	242
2. PROTEÇÃO AO NOME EMPRESARIAL E À DENOMINAÇÃO DE SOCIEDADE SIMPLES PURA, ASSOCIAÇÃO E FUNDAÇÃO _____	243
3. PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO NOME EMPRESARIAL E CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DE IDENTIDADE E SEMELHANÇA _____	243
4. USO DE EXPRESSÕES COMO TRIBUNAL, CÂMARA E CARTÓRIO _____	244
5. DA MEDIAÇÃO, DA CONCILIAÇÃO E DA ARBITRAGEM _____	245
6. USO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL, FIRMA/RAZÃO SOCIAL E DENOMINAÇÃO _____	248
7. LOGOTIPO, MARCA E LOGOMARCA _____	250
8. COLIDÊNCIA ENTRE NOME EMPRESARIAL E MARCA _____	251
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	252

V. Registro de Imóveis

CONDOMÍNIO DE LOTES (CARLA MODINA FERRARI) _____	257
1. BREVE HISTÓRICO _____	258
2. O CONDOMÍNIO DE LOTES: CONCEITOS E REQUISITOS _____	262
3. CONDOMÍNIO DE LOTES, LOTEAMENTO DE ACESSO FECHADO E CONDOMÍNIO DE CASAS: DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS. _____	264
4. REGISTRO _____	267
5. BIBLIOGRAFIA _____	270
BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA (CAROLINA BARACAT MOKARZEL DE LUCA) _____	273
1. INTRODUÇÃO _____	274
2. HISTÓRIA DO REGISTRO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO _____	274

3. DO DIREITO DE PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA	275
4. O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	276
5. O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA	277
6. O PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE	278
6.1. A ESPECIALIDADE SUBJETIVA	279
7. A NECESSIDADE DA RETIFICAÇÃO DO REGISTRO	280
8. O PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO DO REGISTRO	281
9. A IMPORTÂNCIA DA RETIFICAÇÃO DO REGISTRO	282
10. ASPECTOS PRÁTICOS	283
11. CONCLUSÃO	285
12. REFERÊNCIAS	286

A SISTEMÁTICA DAS EXECUÇÕES EXTRAJUDICIAIS NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA IMOBILIÁRIA (JAIR BENEDITO CARLQUIST RABELO DE ARAUJO) 289

1. INTRODUÇÃO	290
2. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA IMOBILIÁRIA	291
3. O INADIMPLEMENTO DO FIDUCIANTE	293
4. A PURGAÇÃO DA MORA	295
5. OS LEILÕES	297
5.1. O PRIMEIRO LEILÃO	299
5.2. O SEGUNDO LEILÃO	300
5.3. O LEILÃO NEGATIVO	301
6. A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL	301
7. A CONSTITUCIONALIDADE DA EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL	302
8. BIBLIOGRAFIA	303

VI. Assuntos Gerais Notariais e Registrais

QUESTÕES REGISTRAIS CONTROVERSAS NOS CONTRATOS BUILT TO SUIT (ALEXANDRE JUNQUEIRA GOMIDE) 307

1. INTRODUÇÃO: CONTRATO BUILT TO SUIT E ATIPICIDADE CONTRATUAL	308
2. ATIPICIDADE DO CONTRATO BUILT TO SUIT	310
3. BUILT TO SUIT E O REGISTRO IMOBILIÁRIO	315
4. CONCLUSÃO	321
5. BIBLIOGRAFIA	322

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES (ANDRÉ BORGES DE CARVALHO BARROS) 325

1. INTRODUÇÃO	326
2. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL	327
3. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATOS DE OUTREM NO CÓDIGO CIVIL E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	329
4. A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	332
5. A REGULAMENTAÇÃO DA RESPONSABILIDADE CIVIL DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES	335
6. CONCLUSÃO	341
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	343

CONTRATO DE LOCAÇÃO NO REGISTRO DE IMÓVEIS (GABRIELA PEREIRA DOS SANTOS) 345

1. INTRODUÇÃO	346
2. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA	348
3. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO	352
4. CONCLUSÃO	355
5. BIBLIOGRAFIA	356

COMPLIANCE NAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS (LARISSA AGUIDA VILELA PEREIRA DE ARRUDA)	359
1. INTRODUÇÃO	360
2. OBRIGAÇÕES ADMINISTRATIVAS	362
3. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS	365
4. OBRIGAÇÕES PENAIS	367
5. OBRIGAÇÕES CIVIS	368
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	369
7. BIBLIOGRAFIA	370
DA OBRIGATORIEDADE DA ESCRITURA PÚBLICA EM NEGÓCIOS MARÍTIMOS (MARCO ANTÔNIO RIBEIRO TURA)	373
1. INTRODUÇÃO	374
2. QUESTÕES DE LÓGICA NORMATIVA	375
3. QUESTÕES DE HERMENÊUTICA JURÍDICA	376
4. DA INTERVENÇÃO NOTARIAL NOS NEGÓCIOS MARÍTIMOS	377
5. CONCLUSÃO	380
6. REFERÊNCIAS	380
DESIGN APLICADO AO REGISTRO DE IMÓVEIS (REGINA PEDROSO)	383
1. BIBLIOGRAFIA	393
DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL (VITOR FREDERICO KÜMPEL - BRUNO DE ÁVILA BORGARELLI)	397
1. INTRODUÇÃO	398
2. O MODELO DE PERDA DA PROPRIEDADE DO § 4º DO ART. 1228 DO CC – DELIMITAÇÃO.	399
3. ASPECTOS POLÊMICOS	401
4. O DIREITO DE PROPRIEDADE E A FUNÇÃO SOCIAL	402
4.1. O DIREITO DE PROPRIEDADE	402

4.2. A FUNÇÃO SOCIAL E SUAS TEORIAS INTERNA E EXTERNA	403
5. A DESAPROPRIAÇÃO. CONCEITO NECESSÁRIO PARA A COMPREENSÃO DO ART. 1.228, §§ 4º E 5º.	405
6. ENTENDIMENTOS SOBRE O ART. 1228, §§ 4º E 5º DO CC/02	406
6.1. CABE FALAR EM “DESAPROPRIAÇÃO”? ASPECTO TERMINOLÓGICO	407
6.2. DA CONSTITUCIONALIDADE DO PRECEITO	408
6.3. A BOA-FÉ É REALMENTE REQUISITO?	409
6.4. QUEM PAGA A INDENIZAÇÃO?	410
6.5. QUAL É A FORMA DE AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE NESTE CASO?	412
6.6. HÁ POSSIBILIDADE DE O PROPRIETÁRIO REAVER A COISA?	413
6.7. ASPECTOS PROCESSUAIS	414
6.8. QUAL A CARACTERIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO FORMADO?	416
6.9. ASPECTOS REGISTRALIS	416
7. CONCLUSÃO	418
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	419